



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 190/11**


**Ementa:** Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios).

**Art. 1º-** Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios) no território do Estado do Paraná.

**Parágrafo único –** A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007, de 18/04/08, no que couber.

**Art. 2º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 26 de setembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 375/11**

**Ementa:** Denomina “Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom” o trecho da PR 551, que liga a sede do Município de Ivatuba – PR ao trevo da rodovia estadual – PR 317.

**Art. 1º.** Fica denominado “Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom” o trecho da PR 551, que liga a sede do Município de Ivatuba – PR ao trevo da rodovia estadual – PR 317.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 26 de setembro de 2011.**

**ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE**

**RELATOR**





## JUSTIFICATIVA

Muitos Municípios paranaenses dependem de repasses do Estado, por meio de transferências voluntárias, para execução de ações em benefícios do interesse da população.

A Lei Complementar nº 101 tem como um de seus objetivos assegurar que os recursos sejam aplicados de forma correta e em benefício dos cidadãos, estabelecendo meios eficientes de controle e fiscalização;

O artigo 25 da Lei Complementar nº 101, em sua alínea "a", do inciso IV, do parágrafo 1º, estabelece que o beneficiário da transferência voluntária deve comprovar que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, sem estabelecer o prazo de validade dos documentos comprobatórios.

A Administração Pública deve pautar as suas ações com a observância aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, em equilíbrio com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por estas razões, é necessária a apresentação desta proposta de lei com o objetivo de estabelecer prazo semestral para a validade da certidão liberatória das transferências voluntárias.

Este sim é um prazo suficiente e razoável para que os Municípios, sem prejuízo da sua efetiva fiscalização, não sejam comprometidos no seu direito de receber novos recursos por meio de transferências voluntárias.

Ademais, a administração Pública Municipal não pode ser penalizada quando da verificação da não prestação de contas por parte das Câmaras Municipais, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes.

A suspensão de transferências voluntária no caso de verificação de irregularidade nas contas do beneficiário tem natureza sancionatória, é o que deixa claro o parágrafo terceiro do artigo 25 da LRF, e portanto a punição aplicada a um poder, em face da irregularidade cometida, não poderá ser estendida a outro. Assim, a Prefeitura Municipal não poderá ser punida por irregularidade constatada na Câmara Municipal e vice-versa.

A sanção não deve ser estendida além da letra da Lei de Responsabilidade Fiscal, por inconstitucional e ilegal.

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura 1: [Assinatura]  
Assinatura 2: [Assinatura]  
Assinatura 3: [Assinatura]  
Assinatura 4: [Assinatura]  
Assinatura 5: [Assinatura]  
Assinatura 6: [Assinatura]  
Assinatura 7: [Assinatura]  
Assinatura 8: [Assinatura]  
Assinatura 9: [Assinatura]  
Assinatura 10: [Assinatura]  
Assinatura 11: [Assinatura]  
Assinatura 12: [Assinatura]  
Assinatura 13: [Assinatura]  
Assinatura 14: [Assinatura]  
Assinatura 15: [Assinatura]  
Assinatura 16: [Assinatura]  
Assinatura 17: [Assinatura]  
Assinatura 18: [Assinatura]  
Assinatura 19: [Assinatura]  
Assinatura 20: [Assinatura]  
Assinatura 21: [Assinatura]  
Assinatura 22: [Assinatura]  
Assinatura 23: [Assinatura]  
Assinatura 24: [Assinatura]  
Assinatura 25: [Assinatura]  
Assinatura 26: [Assinatura]  
Assinatura 27: [Assinatura]  
Assinatura 28: [Assinatura]  
Assinatura 29: [Assinatura]  
Assinatura 30: [Assinatura]  
Assinatura 31: [Assinatura]  
Assinatura 32: [Assinatura]  
Assinatura 33: [Assinatura]  
Assinatura 34: [Assinatura]  
Assinatura 35: [Assinatura]  
Assinatura 36: [Assinatura]  
Assinatura 37: [Assinatura]  
Assinatura 38: [Assinatura]  
Assinatura 39: [Assinatura]  
Assinatura 40: [Assinatura]  
Assinatura 41: [Assinatura]  
Assinatura 42: [Assinatura]  
Assinatura 43: [Assinatura]  
Assinatura 44: [Assinatura]  
Assinatura 45: [Assinatura]  
Assinatura 46: [Assinatura]  
Assinatura 47: [Assinatura]  
Assinatura 48: [Assinatura]  
Assinatura 49: [Assinatura]  
Assinatura 50: [Assinatura]  
Assinatura 51: [Assinatura]  
Assinatura 52: [Assinatura]  
Assinatura 53: [Assinatura]  
Assinatura 54: [Assinatura]  
Assinatura 55: [Assinatura]  
Assinatura 56: [Assinatura]  
Assinatura 57: [Assinatura]  
Assinatura 58: [Assinatura]  
Assinatura 59: [Assinatura]  
Assinatura 60: [Assinatura]  
Assinatura 61: [Assinatura]  
Assinatura 62: [Assinatura]  
Assinatura 63: [Assinatura]  
Assinatura 64: [Assinatura]  
Assinatura 65: [Assinatura]  
Assinatura 66: [Assinatura]  
Assinatura 67: [Assinatura]  
Assinatura 68: [Assinatura]  
Assinatura 69: [Assinatura]  
Assinatura 70: [Assinatura]  
Assinatura 71: [Assinatura]  
Assinatura 72: [Assinatura]  
Assinatura 73: [Assinatura]  
Assinatura 74: [Assinatura]  
Assinatura 75: [Assinatura]  
Assinatura 76: [Assinatura]  
Assinatura 77: [Assinatura]  
Assinatura 78: [Assinatura]  
Assinatura 79: [Assinatura]  
Assinatura 80: [Assinatura]  
Assinatura 81: [Assinatura]  
Assinatura 82: [Assinatura]  
Assinatura 83: [Assinatura]  
Assinatura 84: [Assinatura]  
Assinatura 85: [Assinatura]  
Assinatura 86: [Assinatura]  
Assinatura 87: [Assinatura]  
Assinatura 88: [Assinatura]  
Assinatura 89: [Assinatura]  
Assinatura 90: [Assinatura]  
Assinatura 91: [Assinatura]  
Assinatura 92: [Assinatura]  
Assinatura 93: [Assinatura]  
Assinatura 94: [Assinatura]  
Assinatura 95: [Assinatura]  
Assinatura 96: [Assinatura]  
Assinatura 97: [Assinatura]  
Assinatura 98: [Assinatura]  
Assinatura 99: [Assinatura]  
Assinatura 100: [Assinatura]



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER**

**Projeto de Lei nº 646/2011**

**Autor: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães**

*Súmula: Estabelece prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Observa-se, inicialmente, a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à matéria em análise, tem-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente. Veja-se:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Por sua vez, a Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Veja-se, ainda, que a própria Constituição Estadual garante a prerrogativa ao parlamentar para a propositura de leis:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Assim sendo, tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário e Financeiro, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.

Ademais, importante destacar a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 que **estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal** e, em seu art. 25 assim prevê:

*Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.*

*§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:*

*I - existência de dotação específica; [...]*

*a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;*  
*(grifou-se)*

Deste modo, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo parlamentar não afronta a legislação atual vigente e, inclusive, vem suplementar a legislação federal determinando um prazo para ser apresentada a certidão que ateste a regularidade tributária, financeira do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98, uma vez que não respeitou o seguinte preceito:

*Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:*

*I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;*



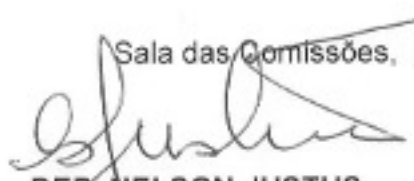
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Como o Projeto de Lei, ora analisado, não respeitou a legislação supracitada, por não seguir a ordem cronológica de numeração – uma vez que do art. 1º foi direto para o art. 3º - o projeto precisa ser devidamente adequado através de uma emenda corretiva.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** nos termos da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**








*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 646/2011**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III, do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para enumerar o art. 3º para art. 2º a fim de adequar a legislação vigente.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**













## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 SET. 2011

*Khury*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Requer **REGIME DE URGÊNCIA**  
para o Projeto de Lei nº. 646/11

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para o Projeto de Lei nº. 646/11, **QUE ESTABELECE PRAZO PARA AFERIÇÃO DA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA, DO PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.**

Sala das Sessões 13 de setembro de 2011.

*1. Bem-ha  
2. Análise  
3. Junta-se ao  
respectivo projeto  
e se o projeto de  
urgência não  
for aprovado  
pelo plenário  
o projeto será  
arquivado*

**VALDIR ROSSONI**  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 646/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributaria e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**

Presidente

**DEPUTADA MARLA TURECK**

Relator

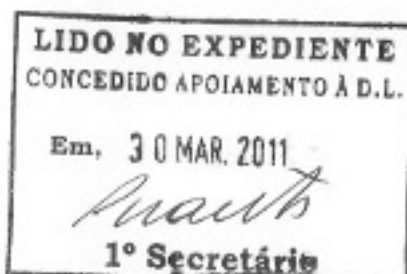


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

D.L.  
Fls. 01

### Projeto de Lei nº 256/11



**SÚMULA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

Art. 1º - Os cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão - 3D ficam obrigados a disponibilizar, para cada espectador, óculos apropriados para tal finalidade, devidamente higienizados e embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo.

Art. 2º - A devolução dos óculos após a sessão cinematográfica isenta o espectador da cobrança de qualquer taxa extra pela sua utilização.

Art. 3º - Não se aplica o disposto nesta lei quando se tratar de óculos descartáveis, que não podem ser reutilizados.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - Cassação da Inscrição Estadual.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 6º - Os estabelecimentos previstos no Art. 1º terão um prazo de 120 dias para se adaptarem ao estabelecido nesta lei a contar da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2011.

**PARANHOS**  
Deputado Estadual - PSC



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS



### JUSTIFICATIVA

A nova tecnologia de filmes em terceira dimensão – 3D tem atraído um grande público para as salas de cinema em todo o Estado do Paraná.

A novidade da tridimensionalidade, no entanto, que só é possível ser captada com a utilização de óculos especiais, tem também levado muitos usuários aos consultórios oftalmológicos, devido a problemas de contágio.

Como se sabe os óculos utilizados não são descartáveis, o que exige uma higienização adequada para evitar potenciais riscos de contaminação e de problemas oculares como a conjuntivite.

Doença inflamatória da conjuntiva, que é uma fina membrana que reveste a esclera – o “branco” do olho, a conjuntivite pode provocar, além de profundo desconforto, alterações na córnea e nas pálpebras do paciente. As conjuntivites viral e bacteriana são as mais comuns e contagiosas – seja pelo contato físico direto ou através de piscinas e objetos. A falta de controle desse contágio pode causar epidemias.

Não há qualquer obrigatoriedade para que os óculos disponibilizados aos espectadores sejam higienizados, embora muitas salas de espetáculos admitam fazê-lo. No entanto, se isto não for feito, a simples transmissão de um óculos, de um espectador para outro, de uma sessão para outra, pode disseminar, via contato pelas mãos, pelo rosto e até mesmo pelos cílios, agentes viróticos e bacterianos.

A higienização dos óculos 3D pode ser feita com solução alcoólica contendo 70% de álcool, única capaz de eliminar vírus. Essa é, sem dúvida, uma medida simples, mas que se não for adotada pode causar um sério problema de saúde pública. Por este motivo entendemos necessário tornar essa medida obrigatória, de forma a garantir ao consumidor um produto livre de contaminação.

Com o aumento do número de produções cinematográficas em 3 dimensões, urge a aprovação do presente projeto, essencial para que não seja disseminada epidemia de conjuntivite em nosso Estado.

Salienta-se ainda, que semelhante proposição encontra-se no ordenamento jurídico do Estado de Santa Catarina, através da Lei Estadual n. 15.448 de 17 de janeiro de 2.011.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 256/11**

**Projeto de Lei nº 256/11**  
**Autor: Deputado Paranhos**

**Súmula:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

**EMENTA:** OBRIGATORIEDADE DE HIGIENIZAÇÃO DOS ÓCULOS ESPECÍFICOS PARA FILMES 3D. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ART. 24 DA CF. ART. 65 DA CE. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos visa instituir a obrigatoriedade da distribuição de óculos higienizados e embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo pelos cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão – 3D.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (Grifo nosso)

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção e defesa da saúde, conforme o artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**

**RELATOR**



*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paranhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de obrigar a higienização adequada nos óculos de tecnologia de filmes em terceira dimensão – 3 D nas salas de cinemas, assim evitando potenciais riscos de contaminação e de problemas oculares como a conjuntivite.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2011.

*(Vote Decisão)*  
*[assinatura]*  
**DR. BATISTA**  
Presidente

*[assinatura]*  
**Relator**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/11**

#### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O ilustre Deputado Estadual Paranhos apresentou Projeto de Lei, inscrito sob o nº 256/2011, obrigando a higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão, para as empresas que exploram a atividade de cinema em nosso Estado.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Cesar Silvestri Filho, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Ato contínuo, o projeto foi enviado para a Comissão de Saúde Pública, sendo relatora, na referida comissão, a ilustre Deputada Marla Tureck. Logo após, a Diretoria Legislativa enviou o presente projeto a esta Comissão de Cultura, para a análise de seu mérito, o que se passará a fazer.

#### **II – MÉRITO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, versando o projeto sobre a higienização de óculos disponibilizados em cinemas e assemelhados que exibam filmes em terceira dimensão, resta claro que seu mérito não possui ligação direta com as matérias inerentes à

0

R



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

cultura. Ou seja, nada há de desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Sua ligação com a cultura é apenas indireta, na medida em que trata de estabelecimentos que exploram a atividade econômica de exibição de filmes em terceira dimensão. De todo modo, cabe destacar que o mérito do projeto é de suma importância para os usuários e consumidores dos produtos.

Por tudo isso, em vez da Comissão de Cultura, o presente projeto deve ser enviado à Comissão de Defesa do Consumidor, posto que os usuários desse serviço são, sem espaço para dúvidas, consumidores.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pelo declínio da competência regimental desta Comissão para a análise deste projeto, cabendo sua análise, se assim entenderem os demais Deputados e a Diretoria Legislativa, à Comissão de Defesa do Consumidor.

  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR

*Handwritten signature and date:*  
7/6/2009

*Handwritten signature:*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/11**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

**DA TRAMITAÇÃO**

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão DE Saúde Pública e da Comissão de Cultura, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

A tecnologia 3D é uma inovação nas salas de cinemas, necessitando regulamentação acerca da matéria, uma vez que exige a utilização de óculos especiais.

O autor visa dar maiores condições de higiene. Os óculos não são descartáveis, podendo haver propagação de doenças inflamatórias devido ao uso contínuo.

Sendo de fácil limpeza, através de álcool 70%, é justificável a iniciativa do parlamentar.

## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**  
**PRESIDENTE**



**DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER**  
**RELATOR**





**DEP. DOUGLAS FABRÍCIO**  
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO**

**PROJETO DE LEI Nº 275/11**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 04 ABR. 2011

**1º Secretário**

**SÚMULA:** INSTITUI O CERTIFICADO-INCLUSÃO E O SELO-INCLUSÃO NO ESTADO DO PARANÁ. (Concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas).

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

Parágrafo Único. Constarão no Certificado-Inclusão a identificação do agraciado, o número e a data desta lei, além dos dados característicos do diploma.

Art. 2º A pessoa jurídica agraciada com o Certificado-Inclusão receberá o Selo-Inclusão, que poderá ser utilizado na divulgação de seus produtos e serviços.

Parágrafo Único. O prazo de validade do Certificado e do Selo coincidirá com o exercício fiscal subsequente àquele em que for feita a certificação.

Art. 3º O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão concedidos pelo Governador do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho Estadual do Idoso, nas seguintes graduações:

I - Grau Prata, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso;

II - Grau Ouro, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas, e treinar seus funcionários para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso.

Art. 4º A pessoa física ou jurídica agraciada receberá o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão do Governador do Estado ou de seu representante.

14141 04/04/2011 081636 DPV RECEBIMENTO LEGISLATIVO DO PROJETO



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO**

Art. 5º O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão entregues, em solenidade específica, na 1ª (primeira) semana de dezembro de cada ano.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de Abril de 2011.



**DOUGLAS FABRÍCIO**  
Deputado Estadual



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

### Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil, como todo país em desenvolvimento, tem os seus problemas: com a educação, com a segurança, com a saúde, e muitos outros. Entre esses, está a situação das pessoas com deficiência, cuja noção está ligada ao problema geral da exclusão. Vítimas de problemas congênitos, enfermidades ou causas traumatológicas, perfazem 14,5% de todo o seu contingente, conforme o censo realizado no ano de 2000.

Este projeto de lei visa atender o dia-a-dia de pessoas portadoras de necessidades especiais, evitando que estejamos sempre ocupados com os nossos próprios problemas, esquecendo-nos de atender suas dificuldades mais primárias, como a da acessibilidade arquitetônica e o atendimento condizente nos locais e órgãos que visitam.

Encontramos até na área hospitalar a falta de acessibilidade. Alguns banheiros não permitem o acesso por conterem portas muito estreitas.

Na verdade, tratamos da feitura e execução de projeto universal, uma concepção moderna de arquitetura urbanística e ambiental voltada ao bem de todos, pois a sociedade é heterogênea. E o acréscimo para a execução de obras projetadas nesses parâmetros é menor do que 2%. Gasta-se tanto com supérfluos, porque não investir na qualidade de vida da nação? O que observamos é a falta de conhecimento, vontade e visão política das condições existenciais da nossa sociedade.

Buscamos, portanto, a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações e dos transportes, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Fixamos a data da entrega dos certificados para a primeira semana do mês de dezembro de cada ano em homenagem ao dia 3 de dezembro, onde se comemora nacional e internacionalmente (ONU) o Dia do Deficiente Físico.

Investir na inclusão social de deficientes físicos é garantir três coisas: a acessibilidade (ou seja, que as cidades não sejam obstáculos para a locomoção dessas pessoas), o direito à educação e o direito ao emprego.

O projeto prevê, ainda que se desenvolva políticas de treinamento de funcionários e professores, pois um dos aspectos fundamentais da inclusão social dos deficientes é a garantia de acesso, com investimento em equipamentos e serviços desenvolvidos para o deficiente, além do treinamento de educadores especializados.

Por entender que a política de geração de inclusão social é uma das principais causas a serem defendidas é que apresentamos a presente proposição, para qual contamos com a aprovação dos nobres Pares.

Projeto de Lei nº 275/2011.

Autor: Deputado Douglas Fabrício.

**Súmula:** INSTITUI O CERTIFICADO-INCLUSÃO E O SELO-INCLUSÃO NO ESTADO DO PARANÁ. (CONCEDIDOS ÀS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE ADAPTAREM SUAS EDIFICAÇÕES E TREINAREM SEUS FUNCIONÁRIOS, ELIMINANDO AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E SOCIAIS, A FIM DE GARANTIR O ACESSO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS E ÀS IDOSAS)

**EMENTA:** CRIAÇÃO DE SELO-INCLUSÃO NO ESTADO DO PARANÁ (ÀS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS SE QUE ADAPTAREM A ATENDER AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS). CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por intuito instituir o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

### FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação

regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É legítima a proposição do nobre deputado, pois a Constituição Federal estabelece:

Art. 24. Compete a União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV – "proteção e integração social das portadoras de deficiência;"

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Em análise o Projeto de Lei, cumpre a leitura da Constituição Estadual em seu Art. 220, quando menciona sobre o papel do Estado com a participação dos Municípios e Sociedade, no que tange assegurar as diretrizes relativas aos direitos dos portadores de deficiência. Na mesma esteira o Art. 165 menciona a ordem social, outorgando competência do Estado, em conjunto com a União, Municípios e Sociedade, no que tange a assegurar direitos relativos a proteção do idoso.

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Na mesma Carta Magna, temos no artigo 217 mais um amparo legal que designa ao Estado a proteção através de ações conjuntas, senão vejamos:

Art. 217. O Estado incentivará as entidades O Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Desta forma toda e qualquer manifestação que vise beneficiar o portador de deficiência, tanto no que toca sua integridade física como aquela dirigida a sua dignidade é de competência do Estado, em conjunto com a União, Municípios e Sociedade. Também na mesma esteira não se pode dizer que o presente projeto é de competência privativa do Poder Executivo, posto que a matéria aqui tratada não se refere a nenhuma das elencadas nos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual do Paraná, pelo que, a iniciativa poderá ser do Poder Legislativo.

No que tange a interpretação do artigo 87 da Constituição Estadual, o projeto de lei igualmente não vai de encontro a atribuição privativa do governador visto que não interfere na direção superior da administração estadual, ao contrário, dá apenas o norte para gerar benefícios aos idosos, sem pretender adentrar na competência do executivo e na direção das Secretarias afins.

Por fim, o Projeto sob análise está contemplado pela Lei complementar 95/98 que dispõe sobre a elaboração legislativa e dentro da constitucionalidade exigida.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE**.

DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO



**PARECER AO PROJETO DE LEI 275/11**

**Projeto de Lei nº 275/11**

**Autor: Deputado Douglas Fabrício**

**Súmula:** Institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado do Paraná. (Concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas).

**EMENTA:** CRIAÇÃO DE SELO-INCLUSÃO E CERTIFICADO-INCLUSÃO NO ESTADO DO PARANÁ ÀS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ADAPTAREM SUAS EDIFICAÇÕES PARA ATENDER AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. APROVAÇÃO.

**I - SÍNTESE FÁTICA**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado do Paraná os quais serão concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

Casa, estando apto o mesmo a ter seu mérito analisado por esta Comissão temática.

**II - MÉRITO**

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33, §14º do Regimento Interno.

Pois bem.

De acordo com o Censo de 2000, o Estado do Paraná conta com 13,57%<sup>1</sup> (treze vírgula cinquenta e sete por cento) da população portadora de algum tipo de deficiência (sejam elas decorrentes de problemas congênitos, enfermidades ou traumatológicas), que as torna portadoras de necessidades especiais.

Este projeto de lei visa facilitar o dia a dia dessa expressiva população de portadores de necessidades especiais ao incentivar as pessoas físicas ou jurídicas a melhorar a acessibilidade de suas edificações adequando-as arquitetonicamente e treinando seu pessoal para um atendimento específico para os portadores de necessidades especiais.

O incentivo mediante a criação dos Selos e Certificados-Inclusão, a fim de obter uma significativa melhora na acessibilidade nas edificações, reflete diretamente nos direitos humanos desta população de

---

<sup>1</sup> [telecapacitados.tic.org.br/archivos.php?b=83](http://telecapacitados.tic.org.br/archivos.php?b=83)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

portadores de necessidades especiais, notadamente ao facilitar o acesso a elas a direitos básicos como educação e emprego, tornando efetivo os direitos fundamentais dessas pessoas, atendendo ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Enfim, o presente projeto por certo incentiva a melhora à acessibilidade dessa população integrando-as socialmente e facilitando o acesso aos bens e serviços coletivos, eliminando os preconceitos e obstáculos físicos e sociais.

**III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

  
DEPUTADO TADEU VENERI

PRESIDENTE

  
DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/11**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo instituir o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

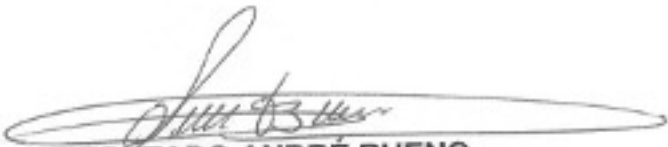
O atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais é a principal finalidade da matéria, tendo como fim específico dar acessibilidade arquitetônica e atendimento condizente em locais e órgãos que visitam, possibilitando e dando condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA

RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck*

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/2011**

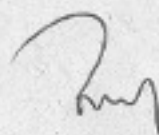
O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, tem por objetivo instituir o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a ser concedido pelo Governador do Estado às pessoas físicas ou jurídicas que contribuírem com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e de idosos.

A constitucionalidade e legalidade já discutida na Douta Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável, passando a Comissão de Indústria e Comércio e a Comissão de Direitos Humanos para análise de mérito, ambas se posicionaram favoráveis ao projeto.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A finalidade da propositura é incentivar as pessoas físicas e jurídicas a melhorar a acessibilidade de suas edificações adaptando-as arquitetonicamente e treinando seu pessoal para um atendimento adequado a deficientes e idosos.

Desta forma, considerando os pareceres proferidos pela CCJ e demais Comissões temáticas desta Augusta Casa de Leis, esta Comissão no que tange ao mérito que lhe compete opina igualmente pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em

  
**ROSE LITRO**  
Presidente

  
**MARLA TURECK**  
Relatora

  
  
ELTON WELTER



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Professor Lemos

D.L.

Fls. 01

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 11 ABR. 2011

*Mauro*  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 311/11**

**SÚMULA:** Altera a Redação do Art. 1º da Lei nº 14.274, de 24/12/03, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14274 de 24/12/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

§ 1º A fixação do número de vagas reservadas aos afrodescendentes e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura e demais editais do concurso público durante o seu período de vigência e se efetivará no processo de nomeação”.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 14274 de 24/12/03.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

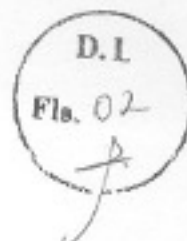
Sessão do Plenário, 11 de abril de 2011.

*Prof. Lemos*  
PROF. LEMOS  
Deputado Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Professor Lemos



## JUSTIFICATIVA

A redação do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 14274 de 24/12/03 apresenta imprecisão, ao restringir a reserva de vagas no edital de abertura, ferindo o princípio que permite a vigência dos concursos públicos por até dois anos, prorrogável por igual período, onde deverão manter-se as mesmas regras do processo inicial.

Da mesma forma, os próprios parágrafos 2º e 4º da referida lei encontram-se em conflito, pois ao mesmo tempo em que um desobriga a Administração Estadual de nova reserva de vagas durante a vigência do concurso, o outro determina que esta reserva se dê durante todo o período de validade do concurso.

A alteração do texto legal proposto pelo presente projeto de lei visa portanto, sanar uma imprecisão, evitando a interpretação dúbia da Lei nº 14274, a qual traz no seu princípio um importante resgate da dívida histórica com a população afrodescendente.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 311/11**

**Projeto de lei nº 311/2011**

**Autor: Dep. Professor Lemos**

**SÚMULA:** Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 14.274 de 24/12/03, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos.

**Ementa:** Alteração da redação do §1º do art. 1º da Lei n. 14274/03. Lei de Autoria do próprio Poder Legislativo. Competência para alterar. Art.53, IX da Constituição do Estado. Constitucionalidade. APROVAÇÃO na forma da Emenda Modificativa anexa.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Professor Lemos, visa alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 14.274 de 24/12/03, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos, visando evitar interpretação dúbia da Lei n. 14.274/03 diante do conflito existente entre os §§ 2º e 4º da referida Lei, pois ao mesmo tempo em que um desobriga a administração estadual de nova reserva de vagas durante a vigência do concurso, o outro determina que esta reserva se dê durante todo o período de validade do concurso.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, § 2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como, a técnica legislativa ora utilizada:



**Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso).**

No que tange ao objetivo do presente projeto, inicialmente cumpre observar que a Lei n. 14.274/03 é de autoria do Poder Legislativo, sendo que a presente proposição pretende tão somente sanar eventual interpretação dúbia entre os §§ 2º e 4º do mesmo diploma legal. De modo que, inexistente óbice ao Poder legislativo em proceder à alteração do dispositivo inserto na Lei de sua própria autoria, pois aquele que tem competência para criar também a possui para alterar.

Não obstante, em analogia, constata-se que a modificação ora pretendida está em consonância com as atribuições do Legislativo disciplinadas na Constituição do Estado do Paraná, conforme preceito *in verbis*:

**Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:**

**(...)**

**IX - servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade; (destaque nosso).**

Portanto, não se vislumbra ofensa ao princípio da Separação dos Poderes insculpido no art. 2º da Constituição da República, segundo o qual os Poderes são independentes e harmônicos entre si, entendendo que cada qual é responsável e autônomo para as suas atividades administrativas, não podendo um Poder interferir no outro, eis que a Lei nº 14.274/2003 objeto de alteração dispõe sobre a reserva de vagas aos afrodescendentes nos concursos público realizados pelo Poder Público



Estadual, ao passo que ao Poder Executivo, pertence a iniciativa privativa de legislar sobre os respectivos servidores públicos, vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre:  
(...);

**II – Servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva . (grifo nosso).**

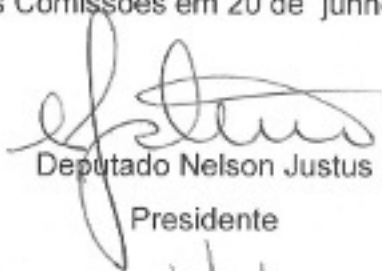
Outrossim, tendo em vista que o presente projeto pretende apenas a alteração do § 1º do art. 1º da Lei n. 14.742/2003, visando tão somente a adequação da redação do mesmo, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no art. 136, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela lei complementar nº 95/98.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** na forma da Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões em 20 de junho de 2011.



Deputado Nelson Justus

Presidente



Deputado Nereu Moura

Relator





**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 311/11**

Com fulcro no art. 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera a Redação do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.274, de 24/12/03, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos.

Art. 1º - O § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.274 de 24/12/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

§ 1º A fixação do número de vagas reservadas aos afrodescendentes e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura e demais editais do concurso público durante o seu período de vigência e se efetivará no processo de nomeação.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 14274 de 24/12/03.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões em 20 de junho de 2011.

  
Dep. Nelson Justus

Presidente

  
Dep. Nereu Moura

Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Projeto de Lei nº 311/2011

Autor: Deputado Professor Lemos

O Projeto de Lei nº 311/2011, de autoria do nobre Deputado Professor Lemos, visa alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 14.274/2003, que dispõe sobre a reserva de vagas a afro descendentes em concursos públicos.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o Projeto, opinou favoravelmente, apresentando, entretanto, Emenda Modificativa, tão somente no sentido de adequar sua redação.

O projeto ora analisado pretende evitar interpretação dúbia da Lei, não havendo qualquer óbice à sua tramitação, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado CAÍTO QUINTANA

Relator



**COMISSÃO DE CULTURA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 311/11**

**I – SÍNTESE FÁTICA**

O ilustre Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores, apresentou o presente Projeto de Lei, visando a correção da técnica legislativa presente na Lei Estadual nº 14.274/03, a fim de evitar interpretações dúbias com a redação de seu texto original.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Nereu Moura, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Tão logo analisado o Projeto pela CCJ, houve o seu encaminhamento para a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, recebendo parecer pela aprovação, tal como ocorreu na Comissão anterior.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

**II – MÉRITO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.



Nesse sentido, resta indubitosa a competência desta Comissão para a análise do Projeto, na medida em que o desenvolvimento cultural brasileiro passa, necessariamente, pela valorização dos afrodescendentes, nos moldes de como ocorre no projeto em questão.

A iniciativa é louvável, tendo em vista que visa a corrigir a técnica legislativa de uma lei já vigente em nosso Estado, evitando que os afrodescendentes sejam prejudicados nos concursos públicos realizados pela Administração Pública direta e indireta do Paraná.

Afinal, como bem pontuado na justificativa apresentada pelo autor do Projeto, Deputado Professor Lemos, enquanto o § 2º, do art. 1º, da lei vigente estabelece que tão logo sejam preenchidas as vagas reservadas no edital, o Estado estará desobrigado a reservar, novamente, vagas para os afros; em sentido absolutamente oposto, o § 4º do mesmo dispositivo estabelece a obrigatoriedade de se reservar vagas durante toda a validade do concurso.

Assim, a modificação da técnica legislativa com a supressão do § 2º será providencial para se evitar, em futuro talvez próximo, questionamentos a respeito da reserva de vagas para os afrodescendentes. Vale destacar um exemplo: na hipótese de haver 10 vagas na abertura de um edital de concurso público, apenas 1 vaga seria destinada aos afrodescendentes. Ocorre, contudo, que a Administração, no período de validade do concurso, poderia contratar 100 profissionais com a adoção de uma interpretação que lhe permitiria reservar apenas aquela primeira vaga.

Não bastasse isso, em virtude da dubiedade do diploma legal, poderá ocorrer a propositura de demandas judiciais entre os próprios candidatos que foram preteridos em virtude das vagas reservadas, o que, por hipótese, contribuiria para uma absoluta instabilidade e insegurança jurídica, além de possibilitar a interpretação conservadora e equivocada da legislação pelos Tribunais, prejudicando a finalidade de uma Lei com nobre essência.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

78.22

As ações afirmativas, tal qual ocorre com a reserva de vagas para afrodescendentes, são um poderoso instrumento para a correção das distorções ocorridas no decorrer de nossa história, pois são desnecessários grandes comentários acerca da discriminação social que os negros sofreram ao longo do processo histórico brasileiro, o que resultou na triste realidade de majorias esmagadoras negras entre aqueles os brasileiros menos favorecidos.

Portanto, qualquer desvirtuamento na utilização desses instrumento pode contribuir para a manutenção do *status quo*, perpetuando esta triste realidade de exclusão constante em nossa história. Desse modo, repita-se, por oportuno, que a aprovação desse Projeto de Lei será providencial para se evitar as possibilidades apontadas acima.

## III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 19 de setembro de 2011.

  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
RELATOR

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

PROJETO DE LEI nº

697/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 29 AGO 2011

1º Secretário

**Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao General do Exército Brasileiro Adhemar da Costa Machado Filho.**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao General do Exército Brasileiro, Adhemar da Costa Machado Filho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2011.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

1450 29/08/2011 09:06:17 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

03

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear o General Adhemar da Costa Machado Filho, pelo relevante trabalho que desenvolveu em nosso Estado.

O General Adhemar da Costa Machado Filho nasceu em 5 de agosto de 1950, na cidade de Caçapava-SP. Incorporou às fileiras do Exército em 2 de março de 1970, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende-RJ, e foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 15 de dezembro de 1973. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Como oficial superior serviu no Comando Militar do Oeste, em Campo Grande-MS; na Casa Militar da Presidência da República, em Brasília; na Missão Militar Brasileira de Instrução, no Paraguai; no Centro de Comunicação Social do Exército brasileiro, em Brasília; no gabinete do ministro do Exército; e foi também assistente do chefe do Estado-Maior do Exército.

No biênio 1996/97, comandou o 62º Batalhão de Infantaria Motorizado em Joinville-SC, e, de agosto de 1996 a março de 1997, comandou o 3º Contingente de Força de Paz, em Angola. Ascendeu ao último posto em 31 de março de 2008.

Como oficial-general foi comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Florianópolis-SC; chefe do Gabinete de Planejamento e Gestão do Departamento Geral do Pessoal, em Brasília; comandante da 11ª Região Militar, em Brasília; chefe do Centro de Comunicação Social, em Brasília; e comandante da 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército, em Curitiba-PR. Em 16 de março de 2011, o gen.-de-ex. Adhemar da Costa Machado Filho assumiu o comando do Comando Militar do Sudeste (CMSE).

Das condecorações com que foi agraciado, destacam-se: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Ordem do Mérito Militar no Grau Comendador, Medalha das Nações Unidas (Unvaem III) e Distintivo de Comando Dourado.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 697/2011**

Projeto de Lei nº 697/2011

Autor: Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk

**Súmula:** CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, AO GENERAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO.

**EMENTA.** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná **AO GENERAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º.** O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.  
*(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

*Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)*

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



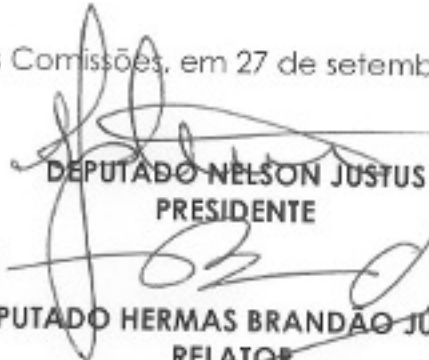
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR**  
**RELATOR**